

Trabalho apresentado no  
**II Seminario Iberoamericano de Economia de la Cultura**  
Valdivia, Chile  
Dezembro, 2019

**RIO DE JANEIRO: PAISAGEM CULTURAL?**  
**Os significados identitários e os impactos no turismo do título de Patrimônio Mundial na categoria “Paisagem Cultural Urbana”**

**Autores:**

**Isabella Perrotta**

Mestrado Profissional em Gestão da Economia Criativa (MPGEC) – ESPM Rio  
iperrotta@espm.br

**Valeria Lima Guimarães**

Universidade Federal Fluminense  
valeria.rio@oi.com.br.

**RESUMO**

Esse artigo parte do cenário de visibilidade internacional do Rio de Janeiro – construído em função dos grandes eventos que a cidade sediou a partir de 2007 –, para discutir expectativas e impactos, no setor turístico, do seu título de Patrimônio Mundial na categoria Paisagem Cultural Urbana, outorgado pela Unesco em 2012. A pesquisa analisa os conceitos de Patrimônio, Paisagem e Cultura, e as visões do Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional – Iphan (no que diz respeito ao Brasil) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco (no que diz respeito à esfera mundial) sobre esses temas.

**MARCO TEÓRICO / OBJETIVO**

A pesquisa propôs como indagação se a cidade do Rio de Janeiro é percebida como uma Paisagem Cultural. E ainda se ela passa a ser percebida de forma diferente, enquanto destino turístico, depois de receber o título de Patrimônio Mundial na Categoria Paisagem Cultural Urbana, outorgado pela Unesco, em 2012, especialmente dentro do nicho entendido como turismo cultural.

Considerando essas questões, o marco teórico dessa pesquisa foi construído a partir de um conjunto de teorias, conceitos e ideias que perpassam algumas áreas distintas e de alguns autores que, dentro das mesmas, melhor se relacionam com o nosso problema de pesquisa específico. São as áreas e os autores: Paisagem (Corbin, Cauquelin), Economia da Cultura (Benhamour), Teoria do Turismo (Urry, Lohmann, Panosso Netto), Globalização (Canclini), destacando-se o trabalho de Rafael Winter Ribeiro (IPHAN, 2007) que trata da relação entre Paisagem Cultural e Patrimônio, especificamente no Brasil, lançando uma primeira análise sobre a então situação do Rio de Janeiro, ainda se candidatando ao título.

### **MÉTODO**

Essa é uma pesquisa de cunho exploratório, bibliográfico e documental. Além do referencial teórico já mencionado, utiliza-se de conceitos, definições, conteúdos e documentos presentes em sites de organismos oficiais internacionais e brasileiros, tais como: Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), IUCN (International Union for Conservation of Nature), ICOMOS (International Council of Monuments and Sites), IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e Ministério do Meio Ambiente. Outras fontes desse trabalho foram notícias na imprensa, entrevistas com pessoas envolvidas no processo da candidatura da cidade, funcionários de órgãos oficiais de turismo, e ainda consultas a profissionais e estudantes universitários de Turismo a respeito de suas percepções acerca desse novo patrimônio mundial. Contudo, essa é uma pesquisa em construção, posto que levantamentos oficiais – a partir da mesma pergunta de pesquisa – ainda serão feitos.

### **RESULTADOS**

Um dos resultados obtidos com esta investigação foi a constatação de que a chancela conferida pela Unesco ao Rio de Janeiro não é conhecida entre os moradores da cidade e das cidades vizinhas, e nem mesmo a atividade turística e seus profissionais se apropriaram do título de 2012 para capitalizar simbólica e economicamente o feito, acarretando num desperdício de oportunidade de promoção e valorização desse patrimônio mundial junto à população e aos turistas. A maior parte dos atrativos turísticos mais visitados da cidade se encontra no sítio tornado patrimônio mundial e não se viu ainda nenhum tipo de diálogo entre a cidade, o turismo e o valor simbólico do título.

## DISCUSSÃO

Em setembro de 2007 o Brasil oficializou a candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos de 2016, com o envio de uma carta de intenção ao Comitê Olímpico Internacional. Nesse mesmo ano, a cidade sediara os Jogos Pan-Americanos 2007, o que era sua principal credencial, além de o fato de constar em relatório o total apoio, à candidatura, dado pelos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) através de cartas que eram garantias superiores às exigidas pelo COI. Em 2008 sua candidatura foi aceita ao lado das de Chicago, Tóquio e Madrid e, em 2009, o Rio vence a eleição em Copenhague, tendo como testemunhas três governantes – o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva; o governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral; e o prefeito da cidade, Eduardo Paes – que manifestaram sua euforia para além do que o protocolo poderia prever. A cena deixou entender que a visibilidade que a cidade passava a ter, a partir daquele momento, seria uma importante estratégia para a imagem, as relações internacionais e os negócios das três esferas – municipal, estadual e federal.

A delegação brasileira exibiu um filme-surpresa sobre o Rio, que, entre outras cenas, mostrava dezenas de cariocas formando os anéis olímpicos nas areias de Copacabana. Dirigido por Fernando Meirelles e com “Cidade maravilhosa” de trilha sonora, o filme mostrava um **Rio de sonhos**, onde o esporte está incorporado ao cotidiano e os moradores esbanjam hospitalidade. Arrancou lágrimas, aplausos e votos (O Globo, 2017 – grifo nosso).

Nos anos seguintes, ainda antes dos jogos Olímpicos, a cidade do Rio de Janeiro sediaria grandes eventos que a deixariam cada vez mais em evidência na mídia internacional: os Jogos Mundiais Militares de 2011, a Jornada Mundial da Juventude de 2013 e a Copa do Mundo Fifa de 2014 – em que o Rio hospedou o Centro de Imprensa internacional, tendo como cenário dos estúdios envidraçados, a praia de Copacabana.

No meio desse processo, em 2012, o Rio de Janeiro recebeu o título de Patrimônio Mundial na categoria Paisagem Cultural Urbana, conferido pelo Comitê do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco. Foi a primeira cidade do mundo a receber esse título, conquistado depois de um longo processo que começou no início dos anos 2000, quando o Ministério do Meio Ambiente quis apresentar a candidatura do Rio à categoria Paisagem Natural – já tendo o Brasil sete sítios considerados Patrimônio Natural.

Do ponto de vista turístico, cabe refletir, em cima das proposições de Urry (2001), sobre o que torna um objeto único, “absolutamente distinto para ser contemplado”, diverso da vida cotidiana, pois é isso que produz um olhar turístico diferenciado.

### **Paisagem como Patrimônio**

A preocupação em proteger monumentos históricos, segundo Benhamou (2007), data da Revolução Francesa, quando os percebeu-se que atos de “vandalismo” contra catedrais, igrejas e obras de arte prejudicavam a imagem dos próprios revolucionários. Hoje o conceito de patrimônio tem se alargado para englobar – além de objetos, documentos, edificações e outras evidências materiais de ordem arqueológica e paleontológica – sítios de valor paisagístico e ecológico, e ainda diversas formas de expressão e criação. A economista, contudo, chama a atenção para o fato de o aumento do número de patrimônios protegidos gerar também “custos induzidos” e a necessidade de mão de obra cada vez mais especializada. “Os métodos exigem habilidades cada vez mais raras e materiais que, em alguns casos, estão em vias de extinção” (Benhamou, 2007, p. 100).

Canclini (2008) embora adote um tom crítico ao falar sobre os usos dos patrimônios culturais, e aponte as desigualdades em sua formação e apropriação, reconhece sua relevância num grupo social.

Esse conjunto de bens e práticas tradicionais que nos identificam como nação ou como povo é apreciado como um dom, algo que recebemos do passado com tal prestígio simbólico que não cabe discuti-lo. As únicas operações possíveis – preservá-lo, restaurá-lo, difundi-lo – são a base mais secreta da simulação social que nos mantém juntos (Canclini, 2008, p.160).

Enquanto a distinção da Unesco para Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial foi criada em 1997, antes disso Canclini (1990) já discutia que o patrimônio seria o resultado de uma construção do imaginário nacional que engloba diversas manifestações, linguagens, conhecimentos e tradições, ainda que também bens físicos, monumentos e conjuntos urbanísticos. Para ele, o desenvolvimento urbano, a mercantilização, as indústrias culturais e o turismo devem ser vistos “como contextos que devemos aceitar por serem as condições em que

hoje os bens históricos existem, mas também porque contribuem para repensar o que devemos entender por patrimônio histórico e por identidade nacional.” (Canclini, 1990, p. 95).

Quanto à natureza, diga-se que florestas e mares já foram vistos como fontes de perigos desconhecidos e abrigos de prováveis seres medonhos. Só no século XVIII encontrou-se na natureza o “prazer, até então desconhecido, de usufruir de um ambiente, convertido em espetáculo” (Corbin, 1989, p.35). E, Cauquelin (2007), ressalta que a própria apreciação estética da representação pictórica da natureza (a paisagem), também foi uma construção cultural que só ganhou importância no Renascimento, com o desenvolvimento da perspectiva e, ainda assim, inicialmente funcionando como fundo para um primeiro plano ocupado pela figura.

Hoje, em geral, entende-se por paisagem natural aquela que o homem ainda não modificou e, por paisagem cultural, aquela que o homem já modificou e é composta por objetos sociais, mas para Gonçalo Ribeiro Telles, paisagista e arquiteto português com atuação política ligada ao meio ambiente, defendendo que não existe uma vertente natural e outra construída em relação ao patrimônio. Para ele, “Tudo é construído”, pois não existe mais natureza no sentido absoluto do termo (Telles apud Ramalhe; Silva, 2003).

Segundo Ribeiro (2007), o interesse pela paisagem como um bem patrimonial já existia no momento da institucionalização da preservação do patrimônio no Brasil, em 1937, quando foi criado o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), e com ele o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. A partir daí passou a haver novas condutas – em constantes transformações ao longo do tempo – em relação à preservação de bens culturais, mas também em relação à compreensão da paisagem e sua valorização (Ribeiro, 2007, p.7).

A possibilidade de tombamento de áreas naturais não teve muita força nos primeiros anos da instituição, começando a crescer na década de 1960, mas só ganhando fôlego nos anos 1980 (período em que Aloísio Magalhães assumiu a presidência do IPHAN). Até mesmo por que a criação de uma série de outros organismos tais como Secretaria (depois Ministério) do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, entre outros, “diminui a pressão sobre o IPHAN em relação às ações voltadas para a preservação do patrimônio natural” (Ribeiro, 2007, p.101).

No âmbito internacional, existe uma Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, adotada na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, de 1972 em Paris, do qual fazem parte mais de 100 países, inclusive o Brasil. A Convenção foi adotada com a finalidade de garantir a proteção das obras e áreas de grande interesse para a história da terra ou da cultura da humanidade, sendo ratificada pelo Brasil por meio de decreto, em 1977. Os países que participam da Convenção integram um calendário anual que inclui a eleição de novos Patrimônios Mundiais.

Bens naturais e/ou culturais tem que estar apoiados nos critérios adotados pela Convenção, para justificarem sua inscrição na Lista de Patrimônio Mundial. “Os sítios são restritos em função de sua excepcionalidade e integridade” (Lodi, 2019).

Para ser reconhecido como um Patrimônio Mundial, um sítio deve ter Valor Excepcional Universal VUE (Outstanding Universal Value – OUV), ou seja: sua importância, para o presente e o futuro da humanidade, deve transcender as fronteiras nacionais, além de cumprir as condições de “integridade e/ou autenticidade”, atendendo a pelo menos um dos critérios de reconhecimento listados a seguir:

**(i):** representar uma obra-prima do gênio criativo humano.

**(ii):**exibir um evidente intercâmbio de valores humanos, ao longo do tempo ou dentro de uma área cultural do mundo, que teve impacto sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do urbanismo ou do paisagismo.

**(iii):** apresentar um testemunho único ou pelo menos excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou desaparecida.

**(iv):** ser um exemplar excepcional de um tipo de edifício, conjunto arquitetônico ou tecnológico ou paisagem que ilustre (um) estágio(s) significativo(s) da história humana.

**(v):** ser um exemplo excepcional de um assentamento humano tradicional, uso da terra ou do mar que seja representativo de uma cultura (ou culturas), ou de uma interação humana com o meio ambiente, especialmente quando ele se tornou vulnerável sob o impacto de mudanças irreversíveis.

(vii): representar fenômenos naturais notáveis ou áreas de excepcional beleza natural e importância estética.

(viii): ser um exemplo excepcional e identificador de estágios na história da Terra, incluindo os registros da vida, de processos geológicos significativos em curso no desenvolvimento das formas terrestres, ou de elementos geomórficos ou fisiográficos significativos.

(ix): ser um exemplo excepcional de processos ecológicos e biológicos significativos em curso na evolução e desenvolvimento de ecossistemas e comunidades de plantas e animais terrestres, de água doce, costeiros e marinhos.

(x): conter os habitats naturais mais relevantes e significativos para a conservação in situ da diversidade biológica, incluindo os que contêm espécies ameaçadas, de Valor Universal Excepcional do ponto de vista da ciência e da conservação.

A União Internacional para Conservação da Natureza (International Union for Conservation of Nature – IUCN) e o Conselho Internacional para Monumentos e Sítios (International Council of Monuments and Sites – ICOMOS) são organismos consultores do Comitê de Patrimônio Cultural da Unesco que promovem a conservação e a valorização, respectivamente, da paisagem e da cultura. Mas, além dos patrimônios Cultural e do Natural, a Unesco também considera patrimônios Mistos (com características naturais e culturais). Atualmente (2019), há 1.121 bens reconhecidos pela Unesco (213 Naturais, 869 Culturais e 39 Mistos).

### **Patrimônios Mundiais no Brasil**

No âmbito da chancela de Patrimônio Cultural Mundial, encontram-se no Brasil 13 patrimônios mundiais reconhecidos pela Unesco. A maior parte deles encontra-se no estado de Minas Gerais e está relacionada à colonização portuguesa pelo interior do Brasil e à extração do ouro entre os séculos XVIII e XIX. No território mineiro foram destacados pela Unesco as seguintes localidades: Centro Histórico de Ouro Preto, que foi o primeiro reconhecimento da Unesco a um bem cultural brasileiro, em 1980, dado o excepcional valor arquitetônico e artístico dessa cidade, destacando-se as obras de mestres como Aleijadinho, um dos maiores símbolos do barroco mineiro; Centro Histórico de Diamantina, cidade que foi o maior núcleo de extração de diamantes do mundo no século XVIII, considerada patrimônio mundial desde 1999; Santuário de Bom Jesus de Matosinhos, na cidade de Congonhas, desde 1985, com um conjunto de mais de 60

obras sacras esculpidas em madeira no século XVIII; e o Conjunto da Pampulha, na cidade de Belo Horizonte, cujas obras constituem os primeiros trabalhos do famoso arquiteto modernista Oscar Niemayer, produzidas entre 1942 e 1943, e reconhecidas pela Unesco em 2016.

Além desses quatro sítios mineiros, o Brasil ainda tem outros bens culturais registrados como patrimônio mundial pela Unesco. São eles: o Centro Histórico de Olinda, no estado de Pernambuco, reconhecido desde 1982, por possuir imóveis remanescentes do século XVI, no início da colonização portuguesa no Brasil, até exemplares do modernismo do século XX; as Missões Jesuíticas Guarani e as Ruínas de São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul, desde 1983; o Centro Histórico da cidade de Salvador, no estado da Bahia, em 1985; o conjunto arquitetônico e urbanístico do Plano Piloto, sede da capital federal, projetado pelos arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemayer, reconhecido em 1987; o Parque Nacional Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato, no estado do Piauí, importante sítio arqueológico mundial, reconhecido pela em 1991; o Centro Histórico de São Luís, no estado do Maranhão, desde 1997; o conjunto arquitetônico e urbanístico da Cidade de Goiás (ou Goiás Velho), no estado de Goiás, caminho dos colonizadores pelo interior do Brasil nos séculos XVIII e XIX reconhecido em 2001; a Praça São Francisco, na cidade de São Cristóvão, no estado de Sergipe, erigida na época da União Ibérica (1580-1640), reconhecida em 2010; Rio de Janeiro, paisagens cariocas entre a montanha e o mar, tema deste artigo, reconhecido em 2012; o Sítio Arqueológico Cais do Valongo, em 2017, também na cidade do Rio de Janeiro, que foi o maior porto de entrada de negros escravizados, oriundos do continente africano nos séculos XVIII e XIX; e a cidade de Paraty e a Baía de Ilha Grande, neste ano de 2019, ressaltando-se a sua natureza, cultura e diversidade.

Na categoria de sítios do Patrimônio Mundial Natural, o Brasil possui sete áreas reconhecidas. São eles: Parque Nacional do Iguaçu (1986), Costa do Descobrimento Reservas de Mata Atlântica (1999), Mata Atlântica Reservas do Sudeste (1999), Área de Conservação do Pantanal (2000), Complexo de Conservação da Amazônia Central (2000/2003), Ilhas Atlânticas Brasileiras: Fernando de Noronha e Atol das Rocas (2001) e Área de Proteção do Cerrado: Parques Nacionais Chapada dos Veadeiros e Emas (2001). Há ainda o Parque da Serra da Capivara reconhecido como Patrimônio Cultural em 1991.



No caso do Rio, a ideia de paisagem de valor excepcional dotado pela natureza, foi inicialmente vislumbrada para vários morros no Rio de Janeiro (Pão de Açúcar, Cara de Cão, Urca, Babilônia, Pedra da Gávea e Penhascos Dois Irmãos e Corcovado).

Esta ação teve início em 1973, a partir de uma carta de vários intelectuais, dentre eles Carlos Drummond de Andrade, Fernando Sabino e Austregésilo de Athayde, que solicitavam o tombamento do Pão de Açúcar, uma vez que a concessionária do bondinho projetara uma construção de três andares no topo do morro. Na verdade, um primeiro tombamento havia sido feito em 1938, com o título de “Morros da cidade do Rio de Janeiro” (Processo 0099-T-38) sem que tivesse sido feita qualquer delimitação ou especificação sobre quais morros estariam tombados. O curioso é que sua inscrição foi realizada no Livro de Belas Artes e no Livro Histórico, mas não no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Provavelmente pela imprecisão desse primeiro tombamento e pela pressão imobiliária crescente na cidade, optou-se por abrir novo processo de tombamento, especificamente para os morros cujo valor paisagístico era mais facilmente reconhecível (Ribeiro, 2007, p. 103).

Foi então tombado, naquele mesmo ano, o Pão de Açúcar, abrangendo também o Cara de Cão e o Morro da Urca que lhe são integrados. O processo salientava que ainda convinha incluir individualmente o Corcovado, a Pedra da Gávea e o Morro Dois Irmãos.

As candidaturas dos sítios são de ordem nacional assim, no Brasil, o IBAMA (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e o IPHAN começaram a trabalhar numa lista prévia (uma “lista tentativa”). Em 2005 o Brasil tinha 18 indicações para inscrição na categoria de paisagem cultural, restando apenas duas em 2007 – o Rio de Janeiro e o Caminho do Ouro de Paraty. Este último – na verdade, o sítio de Paraty e Ilha Grande, compreendendo quatro unidades de conservação que são o Parque Nacional da Serra da Bocaina, o Parque Estadual da Ilha Grande, a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul e a Área de Cairuçu – também foi reconhecido como Patrimônio Misto mais recentemente, em 2019.

No caso da candidatura do Rio, trabalharam junto o IPHAN e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, ligado ao Ministério do Meio Ambiente, com o envolvimento do governo do estado e da prefeitura do Rio. Uma primeira proposta de transformar o Rio em paisagem cultural reconhecida pela Unesco tinha sido dirigida apenas para a área da Floresta da Tijuca. Logo percebeu-se que seria muito difícil isolar as áreas naturais da cidade das suas áreas urbanas. Todos os sítios naturais da cidade eram construídos: junto às montanhas, por exemplo,

está a estátua do Cristo Redentor; junto à praia de Copacabana, o calçadão – que é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e a Praia de Botafogo é uma paisagem cultural, mas não é íntegra. As recomendações da consultoria da própria Unesco, então, foram de que parte da cidade fosse também incluída, visando melhor integrar-se na concepção de paisagem cultural.

O processo passa a envolver o Instituto Pereira Passos (responsável pelo planejamento urbano da cidade) e as Secretarias Municipais de Cultura e de Meio Ambiente. Além disso, três consultores internacionais, indicados pela Unesco ajudaram a pensar sobre o conceito de paisagem cultural, pois, até então, os lugares reconhecidos como paisagem cultural, pela Unesco, eram áreas rurais, sistemas agrícolas tradicionais, jardins históricos e outros locais de cunho simbólico. É, então, a própria Unesco que sugere que, no caso do Rio, a Paisagem Cultural seja acrescida do conceito de Urbana. Em setembro de 2009 o Iphan entregou à Unesco o dossiê completo da candidatura, justificando sua importância e seu valor universal que está principalmente na soma da beleza natural da cidade com a intervenção humana. O Rio de Janeiro, então, passou a ser a primeira cidade no mundo a ter reconhecida, como valor universal, a sua paisagem urbana.

A Paisagem Cultural da Cidade do Rio de Janeiro é, então, integrada por quatro componentes localizados desde a Zona Sul do Rio de Janeiro até a porção oeste da cidade de Niterói. São eles: 1) Setores Floresta da Tijuca, Pretos Forros e Covanca do Parque Nacional da Tijuca; 2) Setor Pedra Bonita e Pedra da Gávea do Parque Nacional da Tijuca; 3) Setor Serra da Carioca do Parque Nacional da Tijuca e Jardim Botânico do Rio de Janeiro; e 4) Entrada da Baía de Guanabara e suas bordas d'água desenhadas: Passeio Público, Parque do Flamengo, Fortes Históricos de Niterói e Rio de Janeiro, Pão de Açúcar e Praia de Copacabana.

Paralelamente à candidatura, técnicos envolvidos naquele projeto estavam também fazendo a revisão do plano diretor da cidade, e passam a incluir, então, a paisagem cultural no plano. Depois, em função do título recebido, o prefeito Eduardo Paes cria o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH) com a função de gerir “o sítio reconhecido pela Unesco” e o “Fundo Municipal de Conservação do Patrimônio Cultural”; e no mesmo decreto, estabelece serem as seguintes as Unidades de Patrimônio da Humanidade da cidade: I. Parque do Flamengo; II.

Floresta da Tijuca/Jardim Botânico; III. Floresta da Tijuca/Corcovado; IV. Orla de Copacabana; V. Pão de Açúcar (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2012).

### **O turismo na cidade que se configura entre o balneário tropical e o exotismo da favela**

O “Rio de Sonhos” – conforme o jornal O Globo qualificou a imagem, transmitida no filme de Fernando Meirelles, apresentada pela delegação brasileira em Copenhague, 2009 – é fortemente percebido como cidade de belezas naturais e turismo balneário. Essa é uma construção do século XIX que ainda se perpetua. Sobre o Rio oitocentista, é mister dizer que o cenário percebido como paradisíaco, aos olhos estrangeiros, misturava-se com ideias de exotismo presentes na população e seus costumes (Perrotta, 2015). Na transferência para a contemporaneidade, além do carnaval, do samba, e do turismo sexual – ora negado, ora propagandeado pelos governos (Perrotta, 2018) –, o turismo em favela vem crescendo muito.

Para Ribeiro, em 2007, a então ainda proposta de transformar o Rio em paisagem cultural reconhecida pela Unesco estava gerando muitas discussões, “sendo a inclusão ou não de favelas dentro dessa área apenas uma delas” (Ribeiro, 2007, p. 109).

A favela carioca é claramente uma “singularidade dos modos de viver numa cidade” e absolutamente relacionada com sua “topografia bastante distinta” (parafrazeando critérios da Unesco para a patrimonialização em questão), mas essa forma de ocupação urbana, que pode ser vista como forma de resistência que interage com o meio natural, e estabelece redes de cooperação, saberes e fazeres, não foi considerada no dossiê de candidatura daquela que é a cidade com o maior número de favelas do país (Perrotta, Guimarães, 2019).

Por outro lado, o MUF – Museu de Favelas está listado nas instituições museológicas reconhecidas pelo IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus, o que comprova a importância desse território para a cultura da cidade.

Sobre isso, Cristina Lodi, arquiteta da Secretaria Municipal de Cultura do Rio, que coordenou a candidatura do Rio a Patrimônio Mundial, considera:

O recorte que a Unesco definiu, naquele momento, para as paisagens culturais era muito restrito a áreas de natureza que tivessem alguma

intervenção humana, mas não totalmente. Se você analisar o recorte que foi feito, vai perceber que ele inclui o Parque Nacional da Floresta da Tijuca, o Jardim Botânico, a Praia de Copacabana, o Parque do Flamengo e a região dos Fortes de Niterói, mas não pega toda a área urbanizada, que ficou na área de amortecimento. Então, essa questão das favelas não foi uma discussão conceitual naquele momento, mas o atendimento a um recorte que a Unesco exigia. (...) A questão das favelas não era um impedimento, elas entraram na área de amortecimento. Mas tem uma questão de risco, pois as favelas avançam em áreas públicas, em bordas de parques nacionais, porém elas não entraram no entendimento de paisagem por que o conceito da Unesco era bem mais restrito.

Na opinião da arquiteta, hoje existe um conceito brasileiro de Paisagem Cultural, muito diferente daquele que foi utilizado no processo de candidatura da Paisagem Cultural Carioca, que é um conceito muito europeizado, evidentemente por causa da Unesco.

O turismo em favela é normalmente trabalhado pelo ponto de vista do exotismo da pobreza, mas segundo Valéria Lima (professora da ESPM-Rio e diretora de departamento na Secretaria Estadual de Turismo do Rio de Janeiro), é possível trabalhar a favela do ponto de vista da representatividade da cultura brasileira, e esse é um projeto da SETUR. “As comunidades precisam se apropriar da riqueza de suas identidades e trabalharem com a atividade turística de modo que esta reverta em benefícios efetivos para os residentes e empreendedores locais” (Lima, 2019).

Embora seja “mais forte o apelo da natureza no imaginário coletivo quando falamos de Rio de Janeiro, sendo o segmento de Sol e Praia o que mais imediatamente se destaca na motivação que provoca o movimento dos nossos fluxos receptivos”, para a professora, o Rio é sim percebido como um destino de Turismo Cultural.

Não só por ter sido palco de momentos históricos e políticos de grande relevância no cenário nacional, mas pela riqueza de sua diversidade cultural, presente em vasto patrimônio material e imaterial, o Rio de Janeiro é percebido nacional e internacionalmente como destino de Turismo Cultural (Lima, 2019).

Buscando obter, empiricamente, uma amostra da percepção do título da cidade enquanto patrimônio mundial dentro do ambiente universitário – especialmente entre discentes dos cursos de graduação e mestrado em Turismo –, foram entrevistadas 10 pessoas residentes na cidade, ou

em cidades vizinhas com forte ligação econômica e cultural com a cidade do Rio e que compõem a região metropolitana do Rio de Janeiro. Dentre os entrevistados encontram-se dois guias de turismo profissionais que atuam no turismo receptivo do Rio.

Foram realizadas as seguintes perguntas: 1) Você sabia que o Rio de Janeiro integra a lista dos patrimônios mundiais reconhecidos pela Unesco desde 2012?; 2) Se sim, como e quando ficou sabendo? Se não, registre aqui a informação e vá para a pergunta 5; 3) Sabe em qual categoria a cidade foi enquadrada e qual o recorte geográfico que o título abrange?; 4) Já viu nesse espaço compreendido como patrimônio mundial algum tipo de referência ao título concedido pela Unesco 5) Que importância o título de Patrimônio Mundial tem para a cidade?; 6) Que sugestões você daria para o aproveitamento turístico desse título mundial obtido pela cidade do Rio de Janeiro?

Dos 10 entrevistados, 8 afirmaram ter conhecimento do título mundial outorgado em 2012 e que ficaram sabendo pela mídia na época da outorga (4 pessoas) ou alguns anos mais tarde, já no curso universitário de Turismo, nas disciplinas relacionadas ao turismo e patrimônio cultural (2 pessoas) e 2 respondentes informaram não se lembrar de quando nem como souberam do título. Metade dos entrevistados não soube responder em que categoria a cidade foi enquadrada (paisagem cultural urbana), nem soube precisar o recorte geográfico do sítio. Apenas 1 dos 4 respondentes que sinalizaram conhecer a área de abrangência do sítio lembrou-se de incluir as fortificações da Baía de Guanabara localizadas na cidade vizinha de Niterói e justificou que aprofundou seus conhecimentos sobre o assunto em seu trabalho de conclusão de curso universitário. Na pergunta 4, todos os 10 entrevistados afirmaram nunca terem visto nenhum tipo de referência ou sinalização ao sítio reconhecido pela Unesco. No que se refere à importância do título para a cidade (pergunta 5), todos responderam ser da maior importância. Segundo a turismóloga Milena Marques:

[Tem] Importância máxima, principalmente quando é reconhecido pela Unesco, que é um órgão internacional. Isso prova que o bem patrimonializado tem importância histórica, artística, paisagística, entre outras, e merece atenção, cuidado, valorização e ser conhecido pelas pessoas ao redor do mundo, e, principalmente, conhecido e valorizado pelos moradores locais.

A turismóloga Márcia Mizhari reforçou essa visão e lembrou da necessidade de reverter a imagem do Rio de Janeiro como destino de turismo sexual, ainda presente no imaginário turístico mundial: “Reflete um processo de conservação e proteção do patrimônio que vem crescendo cada vez mais no mundo em importância e conhecimento, além de uma visibilidade para o turismo na cidade para além da já conhecida e triste imagem de turismo sexual”.

No tocante às sugestões, todos apontaram a necessidade de maior divulgação do título pelo poder público junto à população e aos turistas, com investimentos em marketing interno e externo. Foi lembrada a importância não só da prefeitura local como também do Ministério do Turismo e da Embratur, o órgão oficial do governo federal para a promoção turística do país. Três entrevistados sugeriram como forma viabilidade dos projetos a criação de parcerias público-privadas. Também foi sugerido nessas ações o uso estratégico do título articulado aos atrativos turísticos locais que estão inseridos na área de abrangência do sítio patrimonializado. Foi lembrada ainda, pela turismóloga Milena Marques, a necessidade de aperfeiçoar as visitas marítimas que já ocorrem na Baía de Guanabara, “incluindo pontos de parada em terra firme para apreciar a vista, visitar alguma fortificação, conectando a [contemplanção da] paisagem à visita aos bens que dela fazem parte”. A turismóloga sugeriu também a criação de roteiros pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro que incluíssem essa dinâmica marítimo-terrestre e reforçou a importância da parceria público-privada para “colocar em prática o roteiro e as atividades culturais relacionadas à temática e seus atrativos turísticos”.

Análises empíricas que incluem observações de campo, experiências com alunos em sala de aula e as entrevistas realizadas (apresentadas acima) confirmaram as hipóteses deste trabalho e nos permitem dizer que o título do Rio, de Patrimônio na categoria Paisagem Cultural Urbana, não é muito conhecido da população, nem devidamente trabalhado pelo setor turístico, embora, segundo Lodi (2019) existam pesquisas que apontem que, internacionalmente, a demanda turística cresce em lugares que recebem títulos pela Unesco. Por isso a SETUR, em parcerias que contam com o Ministério do Turismo e a Embratur, está trabalhando em um projeto que busca resgatar o sentimento de pertencimento dos cariocas em relação a esta conquista.

A ideia é de uma grande campanha que deverá ser lançada ainda neste ano, disseminando entre os cariocas e o trade turístico o valor de ser patrimônio da humanidade pela singularidade de sua Paisagem Cultural, assim reconhecida internacionalmente (Lima, 2019).

Ressalta-se ainda o papel da universidade nesse processo, tanto por ser um espaço onde o tema é abordado, como apontado por 2 dos entrevistados que souberam do título por esse meio, como a sua importância na formulação e desenvolvimento de ideias e ações que possam valorizar a outorga do título. Devendo ser esta, portanto, uma importante interlocutora com os atores sociais envolvidos no processo de valorização desse patrimônio mundial, incluindo a sua participação em projetos como a própria campanha em elaboração pela SETUR mencionada acima.

## **CONCLUSÕES**

Todos os sítios chancelados como Patrimônio Mundial pela Unesco devem ser protegidos por algum nível de poder público que deve apresentar relatórios anuais para a entidade, dando conta de sua preservação. Assim, as áreas do Rio agraciadas com o título da Unesco deveriam ser alvo de ações integradas visando à preservação da sua paisagem cultural e a sua valorização perante moradores da cidade e turistas.

Passados os Jogos Olímpicos, a cidade do Rio de Janeiro e o Brasil vem passando por processo de deterioração urbana, econômica e social e, dos três políticos que comemoraram a eleição da cidade à sede das olimpíadas, dois estão presos. O governador, por fazer parte de um escandaloso esquema de corrupção, e o presidente, também acusado de corrupção, condenado em processo com características mais políticas do que criminais. Mesmo assim, em 2020, o Rio de Janeiro voltará a sediar um evento internacional importante: o 27º Congresso Mundial de Arquitetos: UIA2020RIO – “Todos os Mundos. Um só Mundo Arquitetura 21”. E, em função dele, em janeiro de 2019, a cidade foi, outra vez, a primeira do mundo a receber o título de Capital da Arquitetura, mais uma vez pela Unesco. O que a cidade ganhou, de fato, com esses títulos? O que vamos fazer com eles? As respostas ainda precisam ser construídas.

## REFERÊNCIAS

- Benhamou, F. (2007) *A economia da cultura*. Cotia: Ateliê Editorial.
- Canclini, N. G. (2008). *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp.
- Canclini, N.G. (1990). O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. In: Hollanda, H.B (Org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN.
- Cauquelin, A. (2007). *A invenção da paisagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- Lima, V. (2019) Entrevista para as autoras.
- Lodi, C. (2019) Entrevista para as autoras.
- Lohmann, G.; Netto A. P. (2012). *Teoria do Turismo: Conceitos, Modelos e Sistemas*. São Paulo: Aleph.
- Ministério do Meio Ambiente (s/d) *Convenção do Patrimônio Mundial*. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/instrumentos-de-gestao/s%C3%ADtios-do-patrim%C3%B4nio.html#valor-universal-excepcional>.
- O Globo. (04/07/2013). *Em 2009, Rio derrota Chicago e é escolhido para ser sede da Olimpíada*. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/rio-de-historias/em-2009-rio-derrota-chicago-e-escolhido-para-ser-sede-da-olimpiada-8919865>.
- Perrotta I.; Guimarães V. (2019) *A construção da paisagem carioca e o turismo: dos relatos dos viajantes do oitocentos aos títulos de Patrimônio Mundial (2012) e de Capital Mundial da Arquitetura (em 2019)*. Caxias do Sul: Anais da III Conferência Internacional Turismo & História. Disponível em: <[http://https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/anais-iii-conferencia\\_2.pdf](http://https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/anais-iii-conferencia_2.pdf)>
- Perrotta, I. (2015). *Promenades do Rio: a turistificação da cidade pelos guias de viagem de 1873 a 1939*. Rio de Janeiro: Topbooks e Prefeitura do Rio de Janeiro.
- Perrotta, I. (2018). O corpo carioca no imaginário turístico do Rio de Janeiro. *Ensino e Pesquisa*. Vol. 16, Nº 2. Disponível em: <http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/ensinoepesquisa/article/view/2005>.
- RAMALHETE, F.; SILVA, F. (2003). Que planeamento urbano temos em Portugal? – uma entrevista com Gonçalo Ribeiro Telles. In Al-madan – Arqueologia – Património – História Local, dezembro. Partícula Elementar. Disponível em: <<https://patriculaelementar.wordpress.com/2018/12/15/o-patrimonio-nao-e-para-o-turismo-goncalo-ribeiro-telles-em-2003/>>
- Ribeiro, R. W. (2007). *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC.
- Santos M. (1982). *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec.



Urry, J. (2001) *O olhar do turista: Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel; Sesc.